

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	13

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	42

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.115
Preferenciais	710
Total	4.825
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	654.117	0
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.083	0
1.01.01	Caixa	880	0
1.01.02	Aplicações de Liquidez	2.203	0
1.02	Ativos Financeiros	631.293	0
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	63.001	0
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	63.001	0
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	101.594	0
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	101.594	0
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	466.698	0
1.02.04.04	Operações de Crédito	296.032	0
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-1.286	0
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	171.952	0
1.03	Tributos	6.025	0
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	6.014	0
1.03.03	Outros	11	0
1.04	Outros Ativos	8.719	0
1.04.03	Outros	8.719	0
1.04.03.01	Outros Ativos	8.719	0
1.05	Investimentos	4.997	0
1.05.01	Participações em Coligadas	497	0
1.05.05	Outros Investimentos	4.500	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	654.117	0
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	489.946	0
2.02.01	Depósitos	468.280	0
2.02.04	Outras Captações	21.666	0
2.02.04.01	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	21.581	0
2.02.04.02	Outros Passivos Financeiros	85	0
2.03	Provisões	8.161	0
2.04	Passivos Fiscais	8.032	0
2.04.01	Correntes	1.428	0
2.04.02	Diferidos	6.604	0
2.05	Outros Passivos	3.585	0
2.07	Patrimônio Líquido	144.393	0
2.07.01	Capital Social Realizado	82.028	0
2.07.02	Reservas de Capital	9.000	0
2.07.04	Reservas de Lucros	45.690	0
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	6.864	0
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	811	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	19.285	50.792	0	0
3.01.01	Operações de Crédito	13.809	34.590	0	0
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.476	16.202	0	0
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-18.883	-45.576	0	0
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-18.746	-44.858	0	0
3.02.02	(Provisão) / Reversão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-137	-718	0	0
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	402	5.216	0	0
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	3.626	8.146	0	0
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	533	1.836	0	0
3.04.03	Despesas com Pessoal	-2.225	-6.320	0	0
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-803	-1.957	0	0
3.04.05	Despesas Tributárias	-59	-408	0	0
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	6.327	15.314	0	0
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-165	-359	0	0
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	18	40	0	0
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	4.028	13.362	0	0
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.082	-6.498	0	0
3.06.01	Corrente	-2.114	-6.529	0	0
3.06.02	Diferido	32	31	0	0
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	1.946	6.864	0	0
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	1.946	6.864	0	0
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	1.946	6.864	0	0
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	1,6132	5,69	0	0
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,8066	2,845	0	0
3.99.01.01	ON	0,4033	1,4225	0	0
3.99.01.02	PN	0,4033	1,4225	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0,8066	2,845	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.99.02.01	ON	0,4033	1,4225	0	0
3.99.02.02	PN	0,4033	1,4225	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	1.946	6.864	0	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-36	-6.507	0	0
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-36	-6.507	0	0
4.02.01.01	Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	-65	-11.830	0	0
4.02.01.02	Efeito Fiscal	29	5.323	0	0
4.04	Resultado Abrangente do Período	1.910	357	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 30/09/2025	01/01/2024 à 30/09/2024
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-36.904	0
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	-803	0
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	13.362	0
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	-14.165	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-36.101	0
6.01.02.01	(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	-10.662	0
6.01.02.02	(Aumento) em Operações de Crédito e Outros Créditos	-75.465	0
6.01.02.03	(Aumento) em Outros Ativos Financeiros	-112.878	0
6.01.02.04	Redução em Ativos Fiscais	1.403	0
6.01.02.05	Redução em Outros Ativos	14.523	0
6.01.02.06	Aumento em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	161.635	0
6.01.02.07	Aumento em Provisões	368	0
6.01.02.08	(Redução) em Passivos Fiscais	-8.687	0
6.01.02.09	Aumento em Outros Passivos	2.166	0
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-8.504	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	32.638	0
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-4.500	0
6.02.02	Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários	-25.573	0
6.02.03	Alienação de Títulos e Valores Mobiliários	62.711	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.279	0
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-2.279	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.545	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.628	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.083	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	82.028	9.000	41.724	0	0	7.318	140.070
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	3.966	0	0	0	3.966
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	82.028	9.000	45.690	0	0	7.318	144.036
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	6.864	-6.507	357
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	6.864	0	6.864
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-6.507	-6.507
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-11.830	-11.830
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	5.323	5.323
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	82.028	9.000	45.690	0	6.864	811	144.393

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024

(Reais Mil)

Justificativa: O Banco aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, que dispensou as instituições financeiras da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, relativamente aos períodos anteriores.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 30/09/2025	01/01/2024 à 30/09/2024
7.01	Receitas	66.865	0
7.01.01	Intermediação Financeira	50.792	0
7.01.02	Prestação de Serviços	1.836	0
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-718	0
7.01.04	Outras	14.955	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-44.858	0
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.957	0
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.313	0
7.03.04	Outros	-644	0
7.03.04.01	Processamento de Dados	-145	0
7.03.04.02	Serviços do Sistema Financeiro	-91	0
7.03.04.03	Seguros	-117	0
7.03.04.04	Outros	-291	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	20.050	0
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	20.050	0
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	40	0
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	40	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	20.090	0
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	20.090	0
7.09.01	Pessoal	5.274	0
7.09.01.01	Remuneração Direta	4.918	0
7.09.01.02	Benefícios	276	0
7.09.01.03	F.G.T.S.	80	0
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.952	0
7.09.02.01	Federais	7.903	0
7.09.02.03	Municipais	49	0
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	6.864	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.864	0

Comentário do Desempenho

Senhoras e Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil de Investimentos S.A.

• Conjuntura Econômica

Na conjuntura internacional, a atividade econômica tem sido impulsionada, sobretudo, pela expansão das economias indiana, com projeções de crescimento anual da ordem de 6,5%, e da economia chinesa, com expectativas de alta de aproximadamente 4,9%. Observa-se desempenho moderado nas economias americana, japonesa e da área do euro. Contudo, persistem riscos intrínsecos aos conflitos geopolíticos e impactos adversos das elevadas tarifas alfandegárias.

No Brasil, as expectativas são de crescimento do PIB da ordem de 2,2% em 2025, ante 3,4% em 2024, refletindo a combinação de pressões inflacionárias e taxa de juros Selic elevadas. A desaceleração da atividade econômica tem sido refletiva pelo moderado desempenho dos principais setores da economia.

De fato, o comércio varejista ampliado, que inclui veículos, motos, partes e peças, material de construção, apresentou queda de 0,4% no período de janeiro a agosto (últimos dados de mercado), evidenciando importante redução no desempenho setorial. Em 2024, o crescimento foi de 4,5% em igual período.

O setor industrial cresceu 0,9% no acumulado até agosto (últimos dados de mercado), ante 3,0% em igual período de 2024.

O setor de serviços registrou expansão de 2,6% no acumulado do período de janeiro até agosto, ante crescimento de 2,7% em igual período do ano anterior.

O comércio exterior continuou com importante contribuição para o dinamismo da economia, não obstante as elevadas tarifas alfandegárias para exportações com destino ao mercado norte-americano. No acumulado de nove meses, as exportações alcançaram US\$ 257,8 bilhões (crescimento de 1,1%) e as importações somaram US\$ 212,3 bilhões (expansão de 8,2%) perfazendo corrente de comércio de US\$ 470,1 bilhões, crescimento de 4,2%.

No que tange ao comportamento dos preços dos bens e serviços, constata-se que a inflação medida pelo IPCA se posicionou em 3,64% no acumulado de janeiro a setembro, ante 3,31% em igual período de 2024. Nesse contexto, a taxa Selic, continua como o principal instrumento utilizado visando reduzir a alta dos preços dos produtos e serviços e mantém-se em 15% a.a. desde junho de 2025.

No Sistema Financeiro Nacional, o crédito cresceu 4,6% nos oito primeiros meses do ano e 10,1% nos últimos doze meses findos em agosto de 2025. As provisões para risco de crédito no Sistema Financeiro Nacional posicionaram-se em 7,6% em agosto de 2025. Projeções oficiais recentes apontam para crescimento nominal do saldo de crédito para 2025 da ordem de 8,8%.

• Estrutura de Ativos, Passivos e de Resultado – Consolidados

Ativos e Passivos

O Ativo total posicionou-se em R\$ 654,1 milhões. As disponibilidades e demais ativos financeiros alcançaram R\$ 634,4 milhões, 97,0% do ativo total.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somam-se R\$ 101,6 milhões e são compostos por Certificados de Recebíveis do Agronegócio R\$ 60,9 milhões, Certificados de Recebíveis Imobiliários R\$ 22,6 milhões, Certificado de Direito Creditório do Agronegócio R\$ 8,7 milhões, Debêntures R\$ 4,9 milhões e Nota Comercial R\$ 4,5 milhões.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados ao valor justo por meio do resultado posicionaram-se em R\$ 63,0 milhões e estão compostos por Cotas de Fundo Imobiliário R\$ 37,9 milhões e FIDC R\$ 25,1 milhões.

Comentário do Desempenho

As Operações de Crédito e Outros Créditos totalizaram R\$ 296,0 milhões (45,2% do total do ativo) e estão, basicamente, classificadas no estágio 1.

No Passivo, os depósitos interfinanceiros perfazem R\$ 387,2 milhões, os depósitos a prazo R\$ 81,1 milhões e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos somam R\$ 21,6 milhões. Os demais passivos estão representados, principalmente, por passivos fiscais correntes e diferidos, provisões fiscais, cíveis e trabalhistas de R\$ 16,2 milhões e outros passivos de R\$ 3,7 milhões.

Patrimônio Líquido e Resultado

O Patrimônio Líquido posicionou-se em R\$ 144,4 milhões e o Lucro Líquido do período foi de R\$ 6,9 milhões.

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 50,8 milhões. Estão representadas por receitas com operações de crédito R\$ 34,6 milhões e resultado com operações com títulos e valores mobiliários R\$ 16,2 milhões.

O Resultado da Intermediação Financeira Líquido da Perda Esperada de Ativos Financeiros posicionou-se em R\$ 5,2 milhões (10,2% das Receitas da Intermediação Financeira).

As Receitas de Prestação de Serviços alcançaram R\$ 1,8 milhão (3,6% das Receitas da Intermediação Financeira).

As despesas de pessoal posicionaram-se em R\$ 6,3 milhões e as despesas administrativas perfazem R\$ 2,0 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 15.2 e 15.3.

No que tange às demais receitas e despesas, detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 15.

- **Demonstrações Financeiras no Padrão Contábil Internacional (IFRS)**

O BMI não está obrigado a apresentar demonstrações financeiras no padrão contábil IFRS, em conformidade com as normas em vigor. Informações sobre os ajustes que serão apresentados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do Controlador poderão ser obtidas na nota explicativa nº 18.

- **Basileia III**

O índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) é calculado em conjunto com o Controlador e posicionou-se em 16,1%, perante mínimo requerido de 10,5%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 17.

- **Política de equidade**

No que tange à equidade de que trata o §6º do artigo 133 da Lei 6.404/1976, introduzido pela Lei 15.177/25, o BMI reafirma seu compromisso de contratação de colaboradores considerando pessoas com características e perfis diferentes, visando a complementaridade de competências e a diversidade, como critérios de gênero, raça e idade, entre outros, além da equidade salarial. Quanto à divulgação de informações no presente relatório, o Banco observa o que dispõe a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), tendo em vista o pequeno número de colaboradores e funções.

- **Relacionamento com os auditores Independentes**

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/2022, o BMI vem informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram no período exclusivamente serviços de auditoria externa.

Belo Horizonte, novembro de 2025.

Administração

Notas Explicativas



BANCO
MERCANTIL DE
INVESTIMENTOS

Demonstrações Financeiras Individuais

Setembro de 2025

Notas Explicativas

(Em milhares de reais)		
Ativo	Nota	30/09/2025
Disponibilidades	3	880
Instrumentos Financeiros		633.496
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		101.594
Títulos e Valores mobiliários	4.1	101.594
Ao valor justo por meio do resultado		63.001
Títulos e Valores mobiliários	5.1	63.001
Ao custo amortizado		468.901
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.1	2.203
Operações de Crédito e Outros Créditos	6.2	296.032
(-) Provisão para Perdas Esperadas	6.2.d)	(1.286)
Outros Ativos Financeiros	6.3	171.952
Ativos Fiscais		6.025
Correntes	8.1	11
Diferidos	8.2	6.014
Outros Ativos	9	8.719
Investimentos	10	4.997
Total do Ativo		654.117
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/09/2025
Depósitos e demais instrumentos financeiros		489.946
Passivos Financeiros ao custo amortizado		489.946
Depósitos	11.1	468.280
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	11.2	21.581
Outros Passivos Financeiros		85
Provisões	12	8.161
Passivos Fiscais		8.032
Correntes		1.428
Diferidos		6.604
Outros Passivos	13	3.585
Patrimônio Líquido		144.393
Capital Social	14.1	82.028
Reservas de Capital	14.2	9.000
Reservas de Lucros	14.2	45.690
Outros Resultados Abrangentes		811
Lucros Acumulados		6.864
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		654.117

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

	Nota	30/09/2025
Receita da Intermediação Financeira		50.792
Operações de Crédito	6.2.b)	34.590
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	7	16.202
Despesas da Intermediação Financeira	11.3	(44.858)
Resultado Líquido da Intermediação Financeira		5.934
Perdas esperadas de Ativos Financeiros	6.2.d)	(718)
Resultado Líquido da perda esperada de ativos financeiros		5.216
Outras receitas (despesas) operacionais		8.146
Receitas de Prestação de Serviços	15.1	1.836
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	40
Despesas de Pessoal	15.2	(6.320)
Despesas Administrativas	15.3	(1.957)
Despesas Tributárias	15.4	(408)
Outras Receitas Operacionais	15.5	15.314
Outras Despesas Operacionais	15.6	(349)
Reversões / (Despesas) de Provisões	15.7	(10)
Resultado antes dos impostos		13.362
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.3	(6.498)
Provisão para Imposto de Renda		(3.837)
Provisão para Contribuição Social		(2.692)
Ativo Fiscal Diferido		31
Lucro Líquido do período		6.864
Lucro Básico e Diluído por Ação (em reais)		
Ações ordinárias		1,4225
Ações preferenciais		1,4225
Lucro Líquido Atribuído (em reais - R\$ mil)		
Ações ordinárias		5.854
Ações preferenciais		1.010
Número de Ações em Circulação - básico e diluído		
Ações ordinárias		4.115.057
Ações preferenciais		710.143

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

	30/09/2025
Lucro Líquido do Período	6.864
Outros Resultados Abrangentes	(6.507)
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	(6.507)
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	(11.830)
Efeito Fiscal	5.323
Resultado Abrangente total do Período	357

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais)

	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
			Legal	Estatutárias			
Saldos em 31/12/2024	82.028	9.000	6.228	35.496	7.318	-	140.070
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (I)	-	-	-	-	-	3.966	3.966
Reclassificação da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/2021	-	-	-	3.966	-	(3.966)	-
Saldos em 01/01/2025	82.028	9.000	6.228	39.462	7.318	-	144.036
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(6.507)	-	(6.507)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	6.864	6.864
Saldos em 30/09/2025	82.028	9.000	6.228	39.462	811	6.864	144.393
Mutações do Período	-	-	-	3.966	(6.507)	6.864	4.323

(I) Ajustes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 conforme descrito nas notas 2.2.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

	(Em milhares de reais)
	30/09/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	13.362
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(14.165)
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis Trabalhistas	298
Atualizações Monetárias Ativas	(15.141)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	718
Resultado de Equivalência Patrimonial	(40)
Variações em Ativos e Passivos	(36.101)
(Aumento) / Redução em Ativos	
Títulos e Valores mobiliários	(10.662)
Operações de Crédito e Outros Créditos	(75.465)
Outros Ativos Financeiros	(112.878)
Ativos Fiscais	1.403
Outros Ativos	14.523
(Redução) / Aumento em Passivos	
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros	161.635
Provisões	368
Passivos Fiscais	(8.687)
Outros Passivos	2.166
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(8.504)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(36.904)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	
Aquisição de Investimentos	(4.500)
Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários	(25.573)
Alienação de Títulos e Valores Mobiliários	62.711
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	32.638
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(2.279)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(2.279)
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(6.545)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	9.628
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	3.083
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(6.545)
<i>As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.</i>	

Notas Explicativas

	(Em milhares de reais)
	30/09/2025
1 - RECEITAS	66.865
Intermediação Financeira	50.792
Prestação de Serviços	1.836
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(718)
Outras	14.955
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(44.858)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.957)
Serviços de Terceiros	(1.313)
Outros	(644)
Processamento de Dados	(145)
Serviços do Sistema Financeiro	(91)
Seguros	(117)
Outros	(291)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	20.050
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	20.050
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	40
Resultado de Equivalência Patrimonial	40
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	20.090
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	20.090
Pessoal	5.274
Remuneração Direta	4.918
Benefícios	276
FGTS	80
Impostos, Taxas e Contribuições	7.952
Federais	7.903
Municipais	49
Remuneração de Capitais Próprios	6.864
Lucros Retidos do Período	6.864

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

O Banco Mercantil de Investimentos S.A. (Banco) é controlado pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. (Controlador) e realiza suas atividades operacionais com foco no financiamento de capital às atividades produtivas a curto, médio e longo prazos. A sede do Banco e seu local principal de negócios estão localizados na Avenida do Contorno, 5800 – 14º andar, Savassi, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do período findo em 30 de setembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As normas preveem ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Para elaboração das informações contábeis em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As classificações e mensurações de Ativos e Passivos Financeiros estão aderentes ao Modelo de Negócios elaborado em conjunto com o Controlador conforme estabelece o art. 5º da Resolução nº 4.966/21.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração do Banco Mercantil de Investimentos S.A. em 04/11/2025.

2.2. Mudança da Política Contábil e reclassificação de informações comparativas

Em 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/21 que alterou os critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos financeiros. Os principais ajustes decorrentes da aplicação da norma são: (i) a Classificação das Operações de Créditos e Outros Créditos dado o que foi estabelecido pelo Modelo de Negócios; (ii) Apropriação de juros incorridos nas operações de crédito em atraso considerando expectativa de realização; (iii) Baixa dos ativos para prejuízo conforme novas disposições da norma; e (iv) Diferimento das receitas e/ou despesas de originação de Operações de Crédito, pelo prazo de respectivas operações, conforme metodologia de apuração da taxa de juros definida.

Balço Patrimonial	31/12/2024	Ajuste Res. nº 4.966		01/01/2025
		Reclassificação	Mensuração	
Disponibilidades	1.171	-	-	1.171
Instrumentos Financeiros	477.897	-	7.211	485.108
Ao valor justo por meio do resultado	-	58.031	13.149	71.180
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	190.295	(58.031)	(5.866)	126.398
Ao custo amortizado	287.602	-	(72)	287.530
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.457	-	-	8.457
Títulos e Valores Mobiliários	220.016	(220.016)	-	-
Operações de Crédito e Outros Créditos	78	220.016	540	220.634
(-) Provisão para perdas esperadas	(23)	-	(612)	(635)
Outros Ativos Financeiros	59.074	-	-	59.074
Ativos Fiscais	4.664	-	2.733	7.397
Correntes	1.377	-	-	1.377
Diferidos	3.287	-	2.733	6.020
Outros Ativos	8.101	-	-	8.101
Investimentos	457	-	-	457
Total do Ativo	492.290	-	9.944	502.234
Depósitos de demais Instrumentos Financeiros	328.311	-	-	328.311
Ao custo amortizado	328.311	-	-	328.311
Depósitos	327.429	-	-	327.429
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	882	-	-	882
Provisões	7.793	-	-	7.793
Passivos Fiscal	10.741	-	5.978	16.719
Correntes	4.747	-	-	4.747
Diferidos	5.994	-	5.978	11.972
Outros Passivos	5.375	-	-	5.375
Patrimônio Líquido	140.070	-	3.966	144.036
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	492.290	-	9.944	502.234

Os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram aplicados prospectivamente e efeitos dos ajustes decorrentes da sua aplicação foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Adicionalmente, o Banco aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 que dispensou as instituições financeiras da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

Notas Explicativas

2.3. Principais políticas contábeis e estimativas críticas**a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros podem estar classificados em três categorias: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21.

O modelo de negócio configura a maneira pela qual o Banco administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessário a aplicação do teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros (*Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test*), cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas em "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

Notas Explicativas

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registradas as operações não classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou aqueles que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao valor justo por meio do resultado, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

(iv) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando tivermos passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

(v) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- **Nível 1:** são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3:** são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

(vi) Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)

- **Ativos mensurados ao custo amortizado**

O Banco avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

O Banco mensura os ativos financeiros ao custo amortizado que atendam aos critérios de gestão do modelo de negócios e às características dos fluxos de caixa contratuais, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21. Para esses ativos, são reconhecidas provisões para perdas esperadas, refletindo a evolução do risco de crédito ao longo do tempo.

A avaliação do risco de crédito é realizada mensalmente para determinar se houve um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial do ativo. A metodologia de provisionamento segue a abordagem de estágios do Resolução CMN nº 4.966/21, que classifica os ativos financeiros em três categorias com base no risco de crédito:

- **Estágio 1 – Ativos Realizáveis:** Aplicação de provisão para perda com base na expectativa de perda de crédito para os próximos 12 meses, para ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- **Estágio 2 – Ativos de Realização Duvidosa:** Aplicação de provisão considerando a perda esperada ao longo da vida do ativo, para aqueles que tenham sofrido aumento significativo do risco de crédito.
- **Estágio 3 – Ativos Não Realizáveis:** É caracterizado pelo atraso superior a 90 dias e/ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Nesse estágio, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa ao ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A reclassificação entre os estágios ocorre conforme a evolução do risco de crédito do ativo, salvo em casos de ativos financeiros adquiridos ou originados já com evidência de perda de crédito, os quais permanecem no Estágio 3 até sua liquidação ou baixa.

Metodologia de Provisionamento

O Banco adota políticas e procedimentos específicos para gerenciar e mitigar o risco de crédito associado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A estrutura de provisionamento é composta por dois grupos principais, com critérios distintos, de apuração da provisão:

- **Créditos avaliados individualmente:** Engloba operações em que a provisão é determinada com base em critérios específicos de cada produto e em gatilhos de *impairment* previamente definidos.
- **Créditos avaliados coletivamente:** Abrange operações sujeitas a modelagem estatística para estimativa da perda esperada, com base em padrões históricos de inadimplência. Para esses créditos, são aplicados percentuais de perda conforme a segmentação da carteira e os diferentes Estágios de risco de crédito.

Os parâmetros de perda são calculados utilizando séries históricas, resultando na definição de uma taxa mediana de perda esperada. Essa análise é revisada anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis e embutindo visões prospectivas.

Adicionalmente em atendimento à Resolução BCB nº 352/23, o nível de provisão das operações de crédito deve corresponder ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na tabela contemplada no Anexos I, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por esta Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

Notas Explicativas

Critérios de Classificação e Avaliação

A carteira de crédito do Banco é segmentada para permitir uma avaliação granular do risco e a adequada mensuração da provisão para perdas. Essa segmentação leva em consideração fatores como: Região geográfica; Tipo de produto; Prazo contratual remanescente; Perfil do cliente ou beneficiário; Idade; Gênero; etc.

Para aprimorar a precisão da provisão, são realizados estudos periódicos sobre recuperação de crédito, bem como estudos sobre a redução do risco de crédito com base na quantidade de parcelas pagas após a regularização da operação, processo conhecido como "Cura".

Reconhecimento da Receita de Juros

A receita de juros sobre ativos classificados nos Estágios 1 e 2 é reconhecida proporcionalmente ao prazo decorrido, uma vez que ainda há expectativa de realização dos fluxos de caixa.

No Estágio 3, estão registradas as operações com perspectiva de problema de liquidez (Ativos Problemáticos); neste caso, o reconhecimento da receita de juros é interrompido. Nos casos em que a operação deixar de ser classificado como um ativo com problema de recuperação de crédito, levando em conta os critérios de Cura, o reconhecimento poderá ser retomado, de forma prospectiva, seguindo o método de juros efetivos.

Com base na análise da carteira de empréstimos e recebíveis, considera-se que operações com atraso inferior a 90 dias e sem outros sinais de deterioração do crédito permanecem classificadas como realizáveis.

Essa abordagem assegura que a provisão para perda seja adequada à realidade do risco da carteira e esteja em conformidade com os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis.

- **Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes**

O Banco avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

c) Impostos e Contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Lei nº 14.183/21.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

Notas Explicativas

d) Investimentos

As participações em sociedades coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

e) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

f) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 4.872/20:

- **Ativos contingentes** – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- **Provisões** – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- **Obrigações legais** – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Contemplam também as obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

g) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 14.4.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

h) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio deliberados, provisionados, pagos e a pagar aos acionistas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95, e apresentados nas demonstrações financeiras nos termos da Resolução CMN nº 4.872/20. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.

Notas Explicativas

i) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas do Banco, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

j) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

As estimativas contábeis são revisadas periodicamente e têm seus montantes reconhecidos na data base da revisão, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- **Provisão para perdas esperadas (*Impairment*):** o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos ativos e passivos financeiros:** a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** as contingências do Banco são registradas de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e estudos internos cuja modelagem aplicada resulta numa melhor avaliação de contingências massificadas; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que a instituição terá lucros tributários futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base no estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	Set / 2025
Disponibilidades	880
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.203
Total	3.083

4. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

4.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Composição	Set / 2025			Valor justo/ Contábil
	Custo atualizado	Marcação a mercado	Perda Esperada	
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	67.160	316	(6.610)	60.866
Certificado de Recebíveis Imobiliários	21.427	1.160	(35)	22.552
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	8.740	-	(14)	8.726
Nota Comercial	4.511	-	(14)	4.497
Debêntures	4.986	(1)	(32)	4.953
Total Contábil	106.824	1.475	(6.705)	101.594

Notas Explicativas

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por vencimento

Prazo	Set / 2025
Até 1 ano	34.240
De 1 a 2 anos	6.512
De 2 a 3 anos	36.886
De 3 a 4 anos	6.159
De 4 a 5 anos	5.355
Acima de 5 anos	12.442
Total	101.594

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A principal metodologia de valoração dos títulos utilizada é a multiplicação da quantidade de ativos em estoque pelos preços de mercado divulgados pelos sistemas de informação de mercado (ANBIMA, B3 ou demais *feeders*). Caso não seja possível capturar os preços de mercado, em decorrência de baixa liquidez dos ativos ou em função dos mesmos não possuírem registros de transações, serão estabelecidos preços teóricos através de metodologias reconhecidamente utilizadas no mercado financeiro nacional.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários têm seu valor justo calculado utilizando metodologia específica de apuração da perda esperada, independente do processo de precificação à mercado, conforme definido na política institucional.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é como segue:

Perda	Jan / 2025	Ganhos/ Perdas	Compras	Liquidações	Set / 2025
Estágio 1	(378)	(944)	(167)	408	(1.081)
Debêntures	(1)	(1)	(32)	2	(32)
Nota Comercial	-	4	(21)	3	(14)
CRA	(358)	(902)	(114)	388	(986)
CDCA	-	(18)	-	4	(14)
CRI	(19)	(27)	-	11	(35)
Estágio 3	(562)	(5.062)	-	-	(5.624)
CRA	(562)	(5.062)	-	-	(5.624)
Total Geral	(940)	(6.006)	(167)	408	(6.705)

5. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado

5.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

Composição	Set / 2025			
	Custo atualizado	Marcação a mercado	Perda Esperada	Valor justo/ Contábil
Cotas de Fundo Imobiliário	37.932	-	-	37.932
Fundo de investimentos em direitos creditórios	25.069	-	-	25.069
Total Contábil	63.001	-	-	63.001

Notas Explicativas

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado por vencimento

Prazo	Set / 2025
Indeterminado	42.913
De 1 a 2 anos	20.088
Total	63.001

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

As Cotas dos Fundos de Investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, é como segue:

Perda	Jan / 2025	Ganhos/ Perdas	Set / 2025
Estágio 1	(136)	136	-
FIDC	(98)	98	-
Cotas de Fundos	(38)	38	-
Total Geral	(136)	136	-

6. Instrumentos Financeiros ao custo amortizado

6.1. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	Set / 2025
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.203
Total – Circulante	2.203

6.2. Operações de Crédito e Outros Créditos

a) Composição das operações de crédito e outros créditos

Set / 2025	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Capital de Giro	6.727	-	6.727
Títulos e Créditos a Receber	212.881	76.424	289.305
Total – Curso Normal	219.608	76.424	296.032

b) Receitas de operações de crédito e outros créditos

Descrição	Set / 2025
Rendas de empréstimos	1.232
Outros Créditos	33.358
Total	34.590

c) Movimentação da carteira por estágio

Descrição	Estágio 1	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	220.556	78	220.634
Constituição / (Reversão)	75.320	78	75.398
Baixa (Write Off)	-	-	-
Saldo em 30/09/2025	295.876	156	296.032

Notas Explicativas

d) Movimentação das perdas esperadas por estágios

Descrição	Estágio 1	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	612	23	635
Constituição / (Reversão)	735	(17)	718
Baixa (<i>Write Off</i>)	(67)	-	(67)
Saldo em 30/09/2025	1.280	6	1.286

6.3. Outros Ativos Financeiros

Refere-se, basicamente, à Direitos Creditórios e Precatórios a receber da União. Estão contabilizados pelo custo de aquisição e são atualizados mensalmente com base na variação dos índices SELIC e IPCA, conforme pactuado nos respectivos contratos (vide nota nº 15.6).

Em 30 de setembro de 2025 referidos títulos registraram provisão no montante de R\$ 1.306.

7. Resultado com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários

Descrição	Set / 2025
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	233
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	15.969
Ao custo amortizado	434
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	12.347
Ao valor justo por meio do Resultado	3.188
Total	16.202

8. Ativos Fiscais

8.1. Correntes - Impostos a compensar

Referem-se aos impostos e contribuições retidos na fonte no montante de R\$ 11.

8.2. Diferidos – Créditos Tributários

a) Movimentação dos créditos tributários:

Descrição	01/01/2025	Constituição	Realização	30/09/2025
Diferenças temporárias	5.917	21.577	(21.480)	6.014
Provisão para perda esperada	625	140	(702)	63
Contingências	1.591	1.705	(1.700)	1.596
Outros	3.701	19.732	(19.078)	4.355
MP 2.158/2001⁽¹⁾	103	-	(103)	-
Total	6.020	21.577	(21.583)	6.014

⁽¹⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

Em conformidade com o § 2º, inciso V do artigo 20 da Resolução BCB nº 02/2020, os ativos fiscais diferidos devem ser apresentados no ativo realizável a longo prazo.

b) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 2.158-35/01, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 4.842/20. Os créditos tributários ativos, bem como

Notas Explicativas

os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme segue:

Diferenças Temporárias	Set / 2025
2025	1
2026	865
2029	5.148
Total	6.014
Valor presente	1.461

8.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Set / 2025
Resultado antes dos impostos	13.362
Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com alíquotas vigentes ⁽ⁱ⁾	(6.013)
Ajustes no cálculo dos tributos	(485)
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.498)

⁽ⁱ⁾ Alíquotas vigentes: (i) A Provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240; e (ii) a contribuição social é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%.

9. Outros Ativos

Descrição	Set / 2025
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 11.b)	8.333
Rendas a receber	46
Despesas Antecipadas ⁽ⁱ⁾	283
Adiantamentos e Antecipações salariais	42
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	13
Devedores Diversos – País	2
Total	8.719
Circulante	348
Não circulante	8.371

⁽ⁱ⁾ Referem-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

10. Investimentos

a) Participações em sociedades coligadas

Descrição	Set / 2025
Capital social	11.500
Patrimônio líquido Ajustado ⁽ⁱ⁾	9.946
Total de ações - ON	575.000
Participação %	5%
Lucro societário do período	799
Resultado de participações societárias	40
Valor dos investimentos	497

⁽ⁱ⁾ Domo Digital Tecnologia S.A. – Empresa na qual o Banco Mercantil de Investimentos detém 5% do capital social sem controlá-la, que faz parte do mesmo grupo Mercantil, em conformidade com o artigo 248 da Lei 6.404/76.

Notas Explicativas

b) Outros investimentos

Aquisição de participação de 10% no capital social da PrecPago – Soluções em Créditos Judiciais Ltda, aprovada pelo Bacen em 25/06/2025 pelo montante de R\$ 4.500.

11. Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros – Ao Custo Amortizado

11.1. Depósitos

Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Set / 2025
A Prazo	-	19.054	62.003	81.057
Interfinanceiros	81.443	305.780	-	387.223
Total	81.443	324.834	62.003	468.280

11.2. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Vencimento	De 91 a 360 dias	Set / 2025
Letras de Crédito do Agronegócio	21.581	21.581
Total	21.581	21.581

11.3. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Set / 2025
Depósitos	44.598
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	171
Outras - Fundo garantidor de crédito	89
Total	44.858

12. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração acompanha regularmente o andamento das Provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- **Trabalhistas:** são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.
- **Cíveis:** são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.
- **Fiscais:** o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

Os percentuais de perda são apurados com base nos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas.

Notas Explicativas

a) Composição das Provisões

Descrição	Set / 2025
Provisões para riscos fiscais ⁽¹⁾	8.158
Provisões para processos cíveis	3
Total – Não circulante	8.161

⁽¹⁾ Refere-se aos questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:

- COFINS: majoração da alíquota de 3% para 4% e da majoração da base de cálculo.
- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

b) Movimentação das Provisões

Descrição	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 01/01/2025	7.752	-	41	7.793
Constituição / (Reversão) – vide nota nº 15.7.	49	-	(39)	10
Atualização Monetária	288	-	-	288
Atualização de depósitos / Liquidações	69	-	1	70
Saldos em 30/09/2025	8.158	-	3	8.161
Depósitos judiciais (vide nota nº 9.) ⁽¹⁾	8.159	174	-	8.333

⁽¹⁾ No caso de ações trabalhistas tratam-se de depósitos judiciais recursais.

c) Passivos contingentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 72/22 e Resolução CMN nº 3.823/09, as ações envolvendo riscos de perda classificados como possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas são divulgadas em notas explicativas. As principais ações judiciais do Banco Mercantil de Investimentos S.A., classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, são de natureza tributária no montante de R\$ 2.465.

13. Outros Passivos

Descrição	Set / 2025
Sociais e Estatutárias	2.512
Credores Diversos - no País	667
Provisão para Pagamentos a Efetuar	304
Outros	102
Total – Circulante	3.585

14. Patrimônio Líquido

14.1. Capital Social

O Capital Social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	Set / 2025	
	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	4.115.057	69.956
Preferenciais	710.143	12.072
Total do capital subscrito e integralizado	4.825.200	82.028

O Capital Social do Banco poderá ser aumentado em até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Notas Explicativas

14.2. Reservas de capital e de lucros

- a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.
- b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.
- c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

Conforme disposição estatutária no período não houve destinação dos resultados.

14.3. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período não foram declarados juros sobre o capital próprio ou dividendos.

14.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Set / 2025
Número médio e final de ações	4.115.057	710.143	4.825.200
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	4.115.057	710.143	4.825.200
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	5.854	1.010	6.864
Lucro básico por ação	1,4225	1,4225	1,4225

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

15. Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

15.1. Receitas de prestação de serviços

Referem-se, basicamente, ao recebimento de comissões de estruturação e distribuição de operações no mercado de capitais.

15.2. Despesas de pessoal

Descrição	Set / 2025
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	3.510
Encargos sociais	1.126
Proventos	954
Participação nos lucros	454
Benefícios	276
Total	6.320

Notas Explicativas

15.3. Despesas administrativas

Descrição	Set / 2025
Serviços prestados – Ligadas ⁽¹⁾	686
Serviços de terceiros	627
Mensalidades e taxas de associações	125
Processamento de dados	145
Seguros	117
Serviços do sistema financeiro	91
Outras	166
Total	1.957

⁽¹⁾ Refere-se ao reembolso de custos de gestão e administração pagos ao seu controlador Banco Mercantil por prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros (vide nota nº 16.1.).

15.4. Despesas tributárias

Descrição	Set / 2025
COFINS	260
PIS	50
ISSQN	49
Outros tributos	49
Total	408

15.5. Outras receitas operacionais

Descrição	Set / 2025
Variações monetárias ativas ⁽¹⁾	15.141
Recuperação de encargos e despesas	14
Outras receitas	159
Total	15.314

⁽¹⁾ Refere-se basicamente às atualizações monetárias referente aos Direitos Creditórios e Precatórios a receber da União.

15.6. Outras despesas operacionais

Descrição	Set / 2025
Variações Monetárias Passivas	288
Despesas de Caráter Eventual	37
Outras Despesas	24
Total	349

15.7. Reversões / (Despesas) de Provisões

Descrição	Set / 2025
Provisões fiscais	(49)
Provisões cíveis	39
Total	(10)

15.8. Resultados não recorrentes

Em 30 de setembro de 2025 não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

Notas Explicativas

16. Transações com Partes Relacionadas

16.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Descrição	Set / 2025
Ativos	3.083
Disponibilidades (Banco Mercantil)	880
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Banco Mercantil)	2.203
Passivos	(387.327)
Depósitos Interfinanceiros (Banco Mercantil)	(387.223)
Outras obrigações (Banco Mercantil / Mercantil do Brasil Corretora S.A.)	(104)
Receitas / (Despesas)	Set / 2025
Receitas / (Despesas) da intermediação financeira (Banco Mercantil)	(33.953)
Outras receitas / (despesas) operacionais	(713)
Outras despesas administrativas (Banco Mercantil) – vide nota nº 15.3.	(686)
Despesas de custódia de TVM (Mercantil do Brasil Corretora S.A.)	(27)

16.2. Remuneração dos Administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco Mercantil de Investimentos S.A., conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 30/04/2025, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 6.330.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração e da Diretoria (vide nota nº 15.2.).

Até 30 de setembro de 2025, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 30 de setembro de 2025, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 5.177/24, para os administradores.

- Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

16.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

Notas Explicativas**17. Gerenciamento dos Riscos e Gestão do Capital**

No Banco Mercantil de Investimentos S.A., o gerenciamento dos riscos e gestão do capital e o cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com o Controlador.

- Gerenciamento de Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos.

São utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial. Informações mais detalhadas sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Limites Operacionais

Dentro das atividades de gerenciamento contínuo do capital o Controlador, na forma da regulamentação em vigor, apura o índice de risco consolidado, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado prudencial.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. Até 30 de setembro de 2025, o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) em 16,1%, perante um mínimo requerido de 8,0%, acrescido do adicional de capital principal de 2,5%. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%, nos termos da Resolução CMN nº 4.958/21.

- Razão de Alavancagem

No Banco, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo Controlador. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.989/20. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental

No Banco, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada no Controlador, e é realizada de forma contínua e se apoia em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento e são utilizados modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais e de ferramentas tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, o Banco Mercantil de Investimentos S.A. dispõe de Políticas aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Notas Explicativas

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	101.594	101.594	-	-	101.594
Títulos e Valores mobiliários	101.594	101.594	-	-	101.594
Ao valor justo por meio do resultado	63.001	-	-	63.001	63.001
Títulos e Valores mobiliários	63.001	-	-	63.001	63.001
Ao custo amortizado	468.901	-	468.901	-	468.901
Operações de Crédito	294.746	-	294.746	-	294.746
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.203	-	2.203	-	2.203
Outros Ativos Financeiros	171.952	-	171.952	-	171.952
Total em 30/09/2025	633.496	101.594	468.901	63.001	633.496

Passivos Financeiros	Valor contábil	Valor justo		Total
		Nível 2	Nível 3	
Ao custo amortizado	489.946	387.223	102.723	489.946
Depósitos	468.280	387.223	81.057	468.280
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	21.581	-	21.581	21.581
Outros Passivos Financeiros	85	-	85	85
Total em 30/09/2025	489.946	387.223	102.723	489.946

18. Outras Informações

A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation). De acordo com a norma, todas as instituições estão obrigadas a adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Neste contexto, o Banco Mercantil de Investimentos S.A. apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com o Controlador, razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados levando-se em consideração que não são aplicáveis ao Banco.

Assim, o Controlador, divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes à 30 de setembro de 2025 simultaneamente às demonstrações financeiras em BRGAAP no *site* (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* (www.bancomercantil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Henrique Andrade de Araújo - Presidente
Marco Antônio Andrade de Araújo – Vice-Presidente
Paulo Henrique Brant de Araujo – Secretário

Delson de Miranda Tolentino
Roberto Godoy Assumpção

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE
Paulo Henrique Brant de Araujo

DIRETOR VICE-PRESIDENTE
Hitosi Hassegawa

DIRETORES
Felipe Lopes Boff
Luiz Carlos de Araújo

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC-MG nº 077029/0-7

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco Mercantil de Investimentos S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2.2 às informações contábeis intermediárias que descreve que as referidas informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas informações contábeis intermediárias dos períodos de três e de nove meses findos em 30 de setembro de 2025, conforme previsto na Resolução no 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução no 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 4 de novembro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do Banco Mercantil de Investimentos S.A. - "BMI", declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do BMI, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025.

Belo Horizonte/MG, 4 de novembro de 2025.

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores
Paulo Henrique Brant de Araujo

Diretor Vice-Presidente
Hitosi Hassegawa

Diretores
Felipe Lopes Boff
Luiz Carlos de Araújo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer do Auditor Independente

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do Banco Mercantil de Investimentos S.A. - "BMI", declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., resultante do procedimento de auditoria realizado nas Demonstrações Financeiras do BMI, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025.

Belo Horizonte/MG, 4 de novembro de 2025.

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores
Paulo Henrique Brant de Araujo

Diretor Vice-Presidente
Hitosi Hassegawa

Diretores
Felipe Lopes Boff
Luiz Carlos de Araújo